



**EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 33ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE RECIFE/PE – SEÇÃO A**

**Processo:** 00410735120198172001

**CIA EXCELSIOR DE SEGUROS**, empresas seguradoras previamente qualificadas nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada, por seus advogados que esta subscreve, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **IZAIAS LIBORIO DE MELO JUNIOR**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem mui respeitosamente, à presença de V. Ex.ª, em cumprimento ao referido despacho de fls., expor para ao final requerer o que se segue:

Trata-se de caso em que o Autor alega ser vítima de acidente automobilístico ocorrido no dia **24.08.2018**, resultando em invalidez permanente. Assim, supostamente na posse de todos os documentos pleiteia em esfera judicial indenização referente à INVALIDEZ PERMANENTE.

Cumpre ressaltar que a vítima ingressou com pedido administrativo, onde o mesmo passou pelo crivo medico administrativo da seguradora, atendendo as exigências da Lei 6.194/74 e da Sumula 474 do STJ, de maneira que o expert foi categórico ao afirmar que o autor não possui lesão de caráter permanente, senão vejamos:

## PARECER DE ANÁLISE MÉDICA



## DADOS DO SINISTRO

Número: 3180507520 Cidade: Recife Natureza: Invalidez Permanente  
 Vítima: IZAIAS LIBORIO DE MELO JUNIOR Data do acidente: 28/04/2018 Seguradora: COMPREV SEGURADORA S/A

## PARECER REALIZADO COM BASE NA DOCUMENTAÇÃO MÉDICA APRESENTADA PELA VÍTIMA

Data da análise: 13/11/2018  
 Valoração do IML: 0  
 Perícia médica: Não  
 Diagnóstico: FRATURA / LUXAÇÃO DO PILÃO TIBIAL DIREITO.  
 Resultados terapêuticos: TRATAMENTO CIRÚRGICO (FIXADOR ; PLACA E PARAFUSOS) E ALTA MÉDICA.  
 Sequelas permanentes: LIMITAÇÃO DO ARCO DOS MOVIMENTOS DO TORNOZELO DIREITO.  
 Sequelas: Com sequela  
 Conduta mantida:  
 Quantificação das sequelas: APRESENTA APÓS ANÁLISE MÉDICO DOCUMENTAL DEBILIDADE FUNCIONAL MODERADA DO TORNOZELO DIREITO.  
 Documentos complementares:  
 Observações: VÍTIMA JÁ INDENIZADA PELA AMD EM SINISTRO ANTERIOR (27/01/2011), EM GRAU MODERADO PARA O JOELHO DIREITO, R\$ 1.687,50 E SINISTRO JUDICIAL (ACORDO) EM GRAU INTENSO PARA O MEMBRO INFERIOR DIREITO, R\$ 5.940,00, TOTALIZANDO R\$ 7.627,50. SINISTRO ATUAL 0%.

## DANOS

DANOS CORPORAIS COMPROVADOS	Percentual da Perda (Tabela da Lei 6.194/74)	Enquadramento da Perda (art 3º § 1º da Lei 6.194/74)	% Apurado	Indenização pelo dano
Perda completa da mobilidade de um tornozelo	25 %	Complemento por reanálise - 0 %	0%	R\$ 0,00
		<b>Total</b>	<b>0 %</b>	<b>R\$ 0,00</b>

Logo, resta claro que não há incapacidade permanente, não havendo que se falar em indenização do Seguro Obrigatório DPVAT, ante a comprovada ausência de invalidez permanente.

Isto posto, fica demonstrado que o pleito do autor se encontra descabido, já que a mesma pleiteia indenização por invalidez permanente, sem ter restado inválido, conforme ficou comprovado através da prova pericial.

Em que pese o caráter social do Seguro Obrigatório DPVAT, o beneficiário legal da indenização tem que, necessariamente, preencher os requisitos legais para recebimento do referido seguro.

Neste sentido, o sinistro foi **NEGADO ADMINISTRATIVAMENTE**, tendo em vista que não foi verificada qualquer invalidez de caráter permanente na vítima.

Noutro giro, após a nomeação de perito as partes apresentaram quesitos para que fosse verificado qual o grau de comprometimento da Invalidez apurada.

Assim sendo, o expert atestou a debilidade permanente no membro inferior esquerdo no percentual de 75% do membro inferior direito, todavia, é importante mencionar que o autor não juntou aos autos nenhum documento médico conclusivo que corrobore com a lesão atestada pelo perito.

Importante esclarecer que, em análise aos documentos acostados, verifica-se que a lesão de fato ocorreu no tornozelo direito e no membro por inteiro como tenta imputar perito, vejamos:



SERVIÇO DE DOCUMENTAÇÃO CIENTÍFICA



## BOLETIM DE ESCLARECIMENTO

**NOME:** IZAIAS LIBORIO DE MELO JUNIOR

**1. Ocorrência da Emergência:** 574783

1.1 - **Atendimentos em:** 28/04/18

1.2 - **Às 15 horas e 38 minutos.**

1.3 - **Internado:** SIM

1.4 - **Retirou-se às hr. e min.**

**2. Internamento Eletivo – Reg. Geral No.** 782903

2.1 - **Internado em:** 28/04/18

2.2 - **Alta em:** 11/06/18

**3. Hipótese Diagnóstica:** 1) FRATURA-LUXAÇÃO DE TORNOZELO DIREITO.

**4. Tratamento:** 1) CIRURGIA EM 29/04/18: TRATAMENTO CIRÚRGICO DE FRATURA-LUXAÇÃO DE TORNOZELO DIREITO REDUÇÃO INCRUENTA + APOSIÇÃO DE FIXADOR EXTERNO TRANSARTICULAR. 2) CIRURGIA EM 22/05/18: RETIRADA DE FIXADOR EXTERNO DE MEMBRO INFERIOR DIREITO. 3) CIRURGIA EM 06/06/18: OSTEOSÍNTESE DE FRATURA DE OSSOS DA PERNA DIREITA.



HOSPITAL  
GETÚLIO VARGAS

GOVERNO DE  
Pernambuco

Secretaria Estadual de Saúde

## RELATÓRIO DA OPERAÇÃO

**Nome:** IZAIAS LIBORIO DE MELO JUNIOR **Prontuário:** 782903

**Data da operação:** 29/04/2018

**Operador:** DR. ALEZ

**1º auxiliar:** DR. ANA ÁUREA MR2

**2º auxiliar:** DRA. HANNA EMILE MR1

**3º auxiliar:** DR. ANDREY DUARTE MR1

**Diagnóstico pré-operatório:** FRATURA-LUXAÇÃO DE TORNOZELO DIREITO

**Tipo de operação:** TRATAMENTO CIRÚRGICO DE FRATURA-LUXAÇÃO DE TORNOZELO DIREITO (REDUÇÃO INCRUENTA + APOSIÇÃO DE FIXADOR EXTERNO TRANSARTICULAR)

Diante do exposto, a Ré impugna expressamente o laudo pericial judicial, requerendo a improcedência da presente demanda com fundamento no artigo 487 inciso I do Código de Processo Civil ante a comprovada quitação administrativa.

Para fins do exposto no artigo 106, inciso I, do Código de Processo Civil, requer que todas as intimações sejam encaminhadas ao escritório de seus patronos, sito na Rua São José, nº 90, Grupo 810/812, Centro, Rio de Janeiro-RJ, CEP: 20010-020 e que as publicações sejam realizadas, exclusivamente, em nome da patrona **DRA. RAFAELLA BARBOSA PESSOA DE MELO, OAB-PE 25393**, sob pena de nulidade das mesmas.

Nestes Termos,  
Pede Deferimento,

RECIFE, 11 de novembro de 2019.

**ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELO JUNIOR**  
**30225 - OAB/PE**